



BRICS  
Policy Center  
Centro de Estudos  
e Pesquisas BRICS

Diálogos plurais sobre a ampliação do BRICS

# BRICS, BRICS+, e os Povos Indígenas no cenário global

**Por Jimmy Casas Klausen**

Ph.D em Ciência Política - Berkeley

Pesquisador e Professor Adjunto - IRI/PUC-Rio

## **Diálogos plurais sobre a ampliação do BRICS**

No dia 15/09 realizamos no BRICS Policy Center um debate sobre o momento político dos BRICS onde os pesquisadores/as do Centro trocaram impressões, análises e perspectivas sobre a ampliação do agrupamento e sobre os resultados da XV Cúpula realizada em Johannesburgo, na África do Sul. O debate resultou nesta publicação com notas analíticas produzidas pelos/as pesquisadores/as do IRI/BPC: Beatriz Mattos, Isabel Siqueira, Jimmy Klausen, Marta Fernández e Sergio Veloso, a partir das suas respectivas agendas de pesquisa. Em breve outros textos serão adicionados à publicação.



**BRICS  
Policy Center**  
Centro de Estudos  
e Pesquisas BRICS

### **BRICS Policy Center**

R. das Laranjeiras 307, 3 andar, Laranjeiras, RJ.  
Rio de Janeiro, Brasil - Cep. 22240-004  
e-mail: [bpc@bricspolicycenter.org](mailto:bpc@bricspolicycenter.org)  
[bricspolicycenter.org](http://bricspolicycenter.org)

### **Equipe BPC**

#### **DIREÇÃO**

Marta Fernández

#### **COORDENADORA ADMIN.**

Lia Frota e Lopes

#### **ESTÁGIÁRIO**

Tales Bruno Machado Costa de Carvalho

#### **DESIGN E EDITORAÇÃO**

Luiz A. Segreto

# BRICS, BRICS+, e os Povos Indígenas no cenário global

Os primeiros encontros do grupo BRIC, depois BRICS, aconteceram logo depois da adoção da Declaração sobre os Direitos dos Povos Indígenas pelas Nações Unidas em 2007. (A sigla para a Declaração em inglês é UNDRIP.) Dos cinco países que compõem o grupo, o Brasil, a China, a Índia e a África do Sul votaram para aprovar a Declaração, e a Rússia se absteve. Porém tal consenso aparente esconde uma realidade muito mais complexa e devemos levar em conta que a votação em torno da Declaração é apenas indicativa das políticas e dos posicionamentos nacionais sobre os povos indígenas. Por exemplo, para a China, o endosso da UNDRIP não significa uma aceitação da categoria central do documento. A China já por muito tempo desconfia da internacionalização do conceito de 'povos indígenas' como uma frente do imperialismo ocidental e não aplica o termo nem o conceito no âmbito nacional.

Internamente, a China utiliza o termo oficial de 'nacionalidades minoritárias,' uma categoria que contempla grupos não reconhecidos como 'indígenas' internacionalmente. Apesar da sua abstenção da UNDRIP, a Rússia reconhece 'numericamente pequenos povos indígenas do Norte, Sibéria, e Extremo Oriente' entre outras etnias ou povos minoritários. A África do Sul apenas nos últimos anos aprovou legislação nacional para reconhecer os povos indígenas internamente. Já o Brasil e a Índia incorporam nas suas constituições alguns direitos importantes para os povos originários ou, na Índia, as chamadas 'Scheduled Tribes.' No entanto, os povos indígenas da Índia e do Brasil carecem, na prática, de garantias e proteções em diversos casos locais. Dentre os cinco integrantes iniciais do grupo BRICS, apenas o Brasil ratificou a Convenção sobre os Povos Indígenas e Tribais da Organização Internacional do Trabalho (ILO 169), ou seja, apenas o Brasil se comprometeu com essa convenção vinculativa para garantir importantes direitos econômicos e culturais dos povos indígenas.


Os integrantes fundadores se reuniram como os 'mercados emergentes' de maior peso global e como 'potências emergentes' regionais em um novo cenário supostamente multipolar no âmbito internacional, mas contam com histórias, sistemas políticos e formações político-culturais divergentes.

**Por Jimmy Casas Klausen**

Ph.D em Ciência Política - Berkeley

Pesquisador e Professor Adjunto - IRI/PUC-Rio

**De certa forma, a expectativa de que os cinco países do BRICS concordem entre si sobre diversas questões internacionais ou globais, como as políticas de autodeterminação e os direitos territoriais e econômicos dos povos indígenas, seria uma ilusão.**



Além de alguns interesses relacionados com suas características econômicas e políticas comuns, não se espera que os BRICS articulem posições, políticas, princípios ou práticas em comum.

**Então uma primeira pergunta - muita básica, mas até agora pouco pesquisada - seria o seguinte:**

**01**

Quais são as semelhanças e tensões entre as políticas nacionais e posições internacionais sobre povos indígenas dos BRICS?

**02**

Quais seriam as consequências e os efeitos da coincidência histórica da criação do BRICS e a aprovação da UNDRIP?



**03**

A conjuntura BRICS-UNDRIP pode representar uma verdadeira virada pós-ocidental e pós-imperial para a política global?

**04**

Ou será que o BRICS tem o potencial de neutralizar os ganhos da UNDRIP para os povos indígenas, representando, desse modo, um novo tipo de desafio?

Com a ampliação do grupo BRICS, a relação entre o grupo de onze integrantes e os povos indígenas fica ainda menos clara. No que diz respeito à UNDRIP, a Arábia Saudita, o Irã, a Argentina, o Egito e os Emirados Árabes Unidos votaram a favor, enquanto a Etiópia esteve ausente na votação. Dentre os seis convidados, apenas a Argentina ratificou ILO 169 (mas, apesar da ratificação, os povos indígenas do Argentina enfrentaram nos últimos anos graves violações dos direitos políticos e territoriais). Ademais, é amplamente entendido que dois ou três outros futuros membros (a Arábia Saudita, os Emirados Árabes Unidos e, talvez, o Egito) carecem de povos indígenas. As posições oficiais sobre a UNDRIP ou ILO 169 não representam a possibilidade de uma frente internacional comum para avançar as demandas e visões políticas e econômicas dos povos indígenas no âmbito global.

Então como seria o impacto da ampliação do BRICS para os direitos dos povos indígenas em todo o mundo e especialmente no Sul Global? Como as demandas e queixas dos povos indígenas são transversais, ou seja, atravessam a suposta divisão entre o Sul e o Norte Globais, a ampliação do BRICS deve reformular e talvez intensificar uma antiga crítica da década 1970 feita pelo chamado Quarto Mundo de povos indígenas tanto aos países desenvolvidos como aos em desenvolvimento? Ou os BRICS ampliados poderiam desdobrar uma nova política internacional em relação aos povos indígenas?

Essas dúvidas sobre os BRICS importam e ficam especialmente relevantes porque os BRICS poderiam desempenhar um papel importante na reformulação radical das 'best practices' para as comunidades indígenas afetadas por projetos de desenvolvimento, por exemplo através das diretrizes do Novo Banco de Desenvolvimento. Porém, em um cenário em que os povos indígenas continuam a enfrentar ameaças da maioria das visões de desenvolvimento econômico, seja de uma economia de carbono ou de uma transição energética, seja no Sul Global ou no Norte Global, os BRICS talvez não representem nada de diferente.



## **BRICS Policy Center/Centro de Estudos e Pesquisas BRICS**

R. das Laranjeiras 307, 3 andar, Laranjeiras, RJ.  
Rio de Janeiro, Brasil - Cep. 22240-004  
e-mail: [bpc@bricspolicycenter.org](mailto:bpc@bricspolicycenter.org)

Mais informações acesse:

**[bricspolicycenter.org](http://bricspolicycenter.org)**

Siga o BRICS    